

Xingu Rio
Transmissora
de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
Relatório dos auditores Independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanço patrimonial	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 7 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de três subestações e 2.571 km de linhas com capacidade instalada de 500kVac e 800kVdc, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 007/2015.

Transmissão

Contando com três subestações e 2.571 km de linhas de transmissão, na tensão de 500kVac e 800kVdc, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia oriunda da UHE Belo Monte para a região sudeste do Brasil. A capacidade de transmissão da XRTE é de 4GW, o que pode atender aproximadamente 25% da carga do estado do Rio de Janeiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	de	Circuito	Tensão (Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transmissão (MW/MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT XIN-TRJ		C1	800kVdc	2.539	2000 MW	Outubro 2019	Outubro 2045
LT XIN-TRJ		C2	800kVdc	2.539	2000 MW	Outubro 2019	Outubro 2045
LT TRJ-NVI		C1	500kVac	32	2473 MVA	Outubro 2019	Outubro 2045
LT TRJ-NVI		C2	500kVac	32	2473 MVA	Outubro 2019	Outubro 2045

Integral

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (Em Reais mil)	RAP Proporc.(Em reais mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT XRTE	XRTE	1.608.590	1.608.590	NA	Junho	IPCA

Integral

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada é de R\$ 1.678.174 mil para 2024 (evolução de 4,3% em relação a 2023) e de R\$ 1.740.529 mil para 2025 (evolução de 8,2% em relação a 2023), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada em Moeda constante de 31/12/2023 (Em R\$ mil)

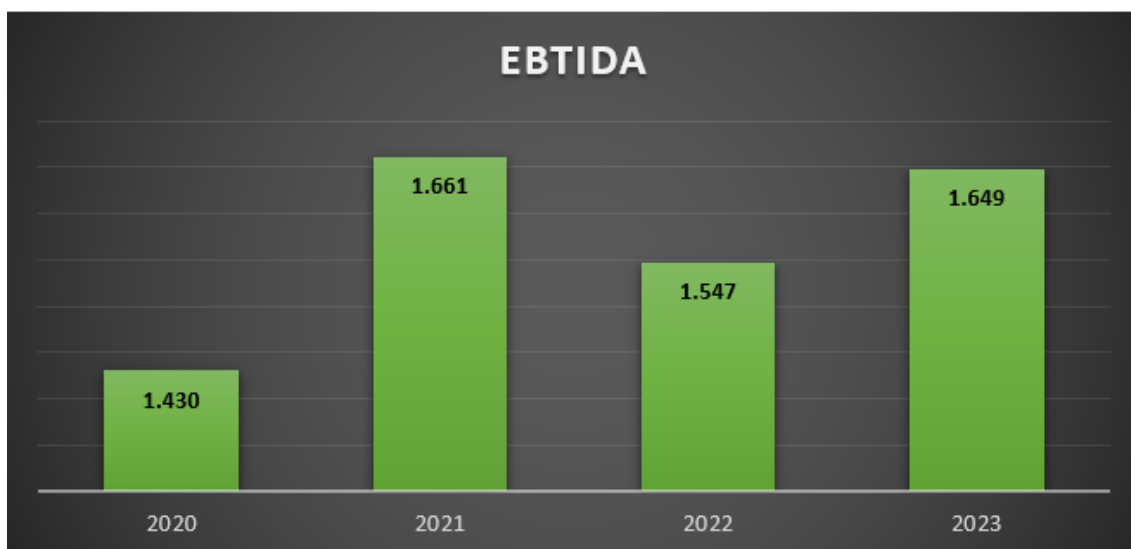
2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
1.494.728	1.608.590	1.678.174	1.740.529	1.801.449	1.864.498	1.929.756



Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 420 milhões, contra R\$ 208 milhões em 2022, um crescimento de 102%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 1.622 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 1.468 milhões. Esse aumento de 10 % resulta da evolução dos projetos de manutenção e operação 7% superior em relação ao ano anterior, combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2023 foi de 4% e efeito da inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual com efeito de 172% no grupo de outras receitas operacionais.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 22% contra 13% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 1.649 milhões, superior em 7% a 2022, que foi de R\$ 1.547 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em reais mil)	2023
KPMG Auditores Independentes	904
Total	904



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da agência reguladora ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatória como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja a Nota 4.1, 12 e 13 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2023 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 7.366.153 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>– Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 1 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

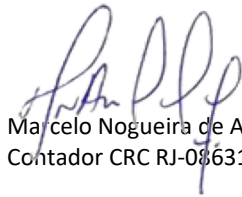
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	534.301	192.154
Títulos e valores mobiliários	10	200.090	-
Concessionárias e permissionárias	9	193.787	162.341
Contas a receber - partes relacionadas	26	425	722
Almoxarifado		20.891	13.189
Adiantamento a fornecedores		567	2.037
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	71.318	47.367
Outros impostos a recuperar	11	2.178	5.035
Despesas antecipadas		4.128	4.128
Outros ativos circulantes		12.893	8.029
		1.040.578	435.002
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	191.391	160.423
Impostos diferidos	16	46.179	106.139
Outros ativos não circulantes		1.810	4.668
Imobilizado	12	7.236.633	7.562.377
Intangível	13	129.520	127.851
		7.605.533	7.961.458
Total do ativo		8.646.111	8.396.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	106.899	158.987
Fornecedores - partes relacionadas	26	19.478	29.242
Obrigações Sociais e Trabalhistas		7.873	7.551
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	334.762	313.342
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.323	3.424
Outros impostos a pagar		17.309	14.915
Taxas regulamentares	17	16.228	13.346
		515.872	540.807
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	6.239.791	6.258.803
Outras provisões - compensação ambiental		11.923	13.601
Provisão para contingências	18	2.242	2.807
		6.253.956	6.275.211
Patrimônio líquido	19		
Capital social		2.291.001	2.291.001
Reserva Legal		163.963	125.020
Reserva de Lucros		2.161.618	1.619.408
Reserva de incentivos fiscais		131.381	58.250
Prejuízo acumulado		(2.871.680)	(2.513.237)
		1.876.283	1.580.442
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.646.111	8.396.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	1.621.785	1.468.141
Custo da operação	21	<u>(412.989)</u>	<u>(401.309)</u>
Lucro bruto		1.208.796	1.066.832
Despesas gerais e administrativas	22	(64.843)	(50.930)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		<u>(3.327)</u>	<u>27.354</u>
Resultado antes do resultado financeiro		1.140.626	1.043.256
Resultado financeiro	24	<u>(594.744)</u>	<u>(709.265)</u>
Receita financeira		72.041	44.899
Despesa financeira		(666.785)	(754.164)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>545.882</u>	<u>333.991</u>
IRPJ e CSLL correntes	25	(65.514)	(87.643)
IRPJ e CSLL diferidos	16/ 25	(59.960)	(37.951)
Lucro líquido do exercício		<u><u>420.408</u></u>	<u><u>208.397</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	420.408	208.397
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>420.408</u>	<u>208.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.291.001	96.390	2.133.694	33.215	(2.149.023)	2.405.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	208.397	208.397
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	28.630	-	-	(28.630)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	25.035	(25.035)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	(20.678)	(20.678)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	498.268	-	(498.268)	-
Dividendos intermediários - (Nota explicativa 19)	-	-	(1.012.554)	-	-	(1.012.554)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.291.001	125.020	1.619.408	58.250	(2.513.237)	1.580.442
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	420.408	420.408
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	38.943	-	-	(38.943)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	73.131	(73.131)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	(15.508)	(15.508)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	651.269	-	(651.269)	-
Dividendos intermediários	-	-	(109.059)	-	-	(109.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.291.001	163.963	2.161.618	131.381	(2.871.680)	1.876.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		545.882	333.990
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	15	662.431	748.027
Depreciação e amortização		313.259	313.019
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	782	25.731
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(98)
Rendimento títulos e valores mobiliários	10	(6.768)	(7.774)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9	260	9.173
Provisão para contingência	18	(565)	879
Atualização monetária - Compensação ambiental		587	1.238
Custo de transação de financiamento	15	2.085	2.060
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(31.706)	(18.991)
Contas a receber - partes relacionadas		298	(713)
Imobilizado e intangível		46.427	-
Almoxarifado		(7.702)	(4.033)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(23.951)	(1.927)
Outros impostos a recuperar		2.857	(3.867)
Adiantamentos a fornecedores		1.470	(156)
Despesas antecipadas		-	1.817
Outros ativos		(2.006)	(566)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(52.088)	(45.774)
Fornecedores – partes relacionadas		(9.764)	29.204
Compensação ambiental		(2.265)	(10.555)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.934	(38.152)
Outros impostos a pagar		175.819	154.949
Taxas regulamentares		2.882	6.004
Outros impostos pagos		(175.751)	(155.501)
Outros passivos		321	1.160
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.450.728	1.339.144
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(63.549)	(46.067)
Juros pagos	15	(358.191)	(358.705)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.028.988	934.372
Aquisição de imobilizado e intangível	12/ 13	(36.393)	(37.158)
Aplicação títulos e valores mobiliários	10	(293.855)	(105.186)
Resgate títulos e valores mobiliários	10	69.565	91.639
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		(260.683)	(50.705)
Financiamentos captados	15	-	-
Financiamentos pagos	15	(303.917)	(271.722)
Dividendos pagos	19	(109.059)	(1.012.554)
Juros sobre capital próprio pagos	19	(13.182)	(17.576)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(426.158)	(1.301.852)
(Redução)/ aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		342.147	(418.185)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		192.154	610.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		534.301	192.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 37,33km.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 150,43km.

- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em $\pm 800\text{kV}$ entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 2.539,6 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 32,47 km cada, devido à característica do local em que a linha foi implantada
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS).

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$988.030 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA.

Em 22 de Junho de 2021, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 2.882/2021, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 12,4%.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 1.577.545 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 1.639.635 (um bilhão, seiscentos e trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na

mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas nas notas explicativas 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nas Notas 4 Resumo das práticas contábeis regulatórias materiais (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 20 a 26, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 – Imobilizado e nota explicativa 13 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em serviço” e “Em curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5. Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almoxarifado

Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado

5.8 Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados

abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da companhia:

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 15, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura

quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias

7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		1.040.578	1.378.973	2.419.551	435.002	1.330.831	1.765.833
Caixa e equivalentes de caixa		534.301	-	534.301	192.154	-	192.154
Títulos e valores mobiliários		200.090	-	200.090	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		193.787	-	193.787	162.341	-	162.341
Contas a receber – partes relacionadas		425	-	425	722	-	722
Adiantamentos a fornecedores		567	-	567	2.037	-	2.037
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		71.318	-	71.318	47.367	-	47.367
Outros impostos a recuperar		2.178	-	2.178	5.035	-	5.035
Almoxarifado		20.891	-	20.891	13.189	-	13.189
Ativos de contrato	a	-	1.378.973	1.378.973	-	1.330.831	1.330.831
Outros ativos circulantes		12.893	-	12.893	8.029	-	8.029
Despesas antecipadas		4.128	-	4.128	4.128	-	4.128
Ativo não circulante		7.605.533	4.152.482	11.758.015	7.961.458	3.611.730	11.573.188
Ativos de contrato		-	11.563.624	11.563.624	-	11.406.176	11.406.176
Títulos e valores mobiliários		191.391	-	191.391	160.423	-	160.423
Impostos diferidos		46.179	(46.179)	-	106.139	(106.139)	-
Outros ativos não circulantes		1.810	-	1.810	4.668	-	4.668
Imobilizado	b	7.236.633	(7.235.861)	772	7.562.377	(7.561.411)	966
Intangível	b	129.520	(129.102)	418	127.851	(126.896)	955
		8.646.111	5.531.455	14.177.566	8.396.460	4.942.561	13.339.021

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		515.872	-	515.872	540.807	-	540.807
Fornecedores terceiros		106.899	-	106.899	158.987	-	158.987
Fornecedores partes relacionadas		19.478	-	19.478	29.242	-	29.242
Obrigações Sociais e Trabalhistas		7.873	-	7.873	7.551	-	7.551
Empréstimos e financiamentos		334.762	-	334.762	313.342	-	313.342
Impostos e contribuições sociais		13.323	-	13.323	3.424	-	3.424
Outros impostos a pagar		17.309	-	17.309	14.915	-	14.915
Taxas regulamentares		16.228	-	16.228	13.346	-	13.346
Passivo não circulante		6.253.956	2.659.775	8.913.731	6.275.211	2.429.324	8.704.535
Empréstimos e financiamentos		6.239.791	-	6.239.791	6.258.803	-	6.258.803
Outras provisões - compensação ambiental		11.923	-	11.923	13.601	-	13.601
Impostos diferidos	c	-	2.659.775	2.659.775	-	2.429.324	2.429.324
Provisão para contingências		2.242	-	2.242	2.807	-	2.807
Patrimônio líquido		1.876.283	2.871.680	4.747.963	1.580.442	2.513.237	4.093.679
Capital social		2.291.001	-	2.291.001	2.291.001	-	2.291.001
Reserva de lucros		2.161.618	-	2.161.618	1.619.408	-	1.619.408
Reserva legal		163.963	-	163.963	125.020	-	125.020
Reserva de incentivos fiscais		131.381	-	131.381	58.250	-	58.250
Prejuízo acumulado	d/e	(2.871.680)	2.871.680	-	(2.513.237)	2.513.237	-
		8.646.111	5.531.455	14.177.566	8.396.460	4.942.561	13.339.021

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Receita operacional líquida	d	1.621.785	212.057	1.833.842	1.468.141	217.496	1.685.637
Custo da operação	e	(412.989)	295.263	(117.726)	(401.309)	285.573	(115.736)
Lucro bruto		1.208.796	507.320	1.716.116	1.066.832	503.069	1.569.901
Despesas gerais e administrativas		(64.843)	-	(64.843)	(50.930)	-	(50.930)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(3.327)	-	(3.327)	27.354	-	27.354
Resultado antes do resultado financeiro		1.140.626	507.320	1.647.946	1.043.256	503.069	1.546.325
Resultado financeiro		(594.744)	-	(594.744)	(709.265)	-	(709.265)
Receita financeira		72.041	-	72.041	44.899	-	44.899
Despesa financeira		(666.785)	-	(666.785)	(754.164)	-	(754.164)
Lucro antes dos impostos		545.882	507.320	1.053.202	333.991	503.069	837.060
IRPJ e CSLL correntes	c	(65.514)	-	(65.514)	(87.643)	-	(87.643)
IRPJ e CSLL diferidos	c	(59.960)	(148.878)	(208.838)	(37.951)	(138.853)	(176.804)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		420.408	358.442	778.850	208.397	364.216	572.613

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	<u>4.747.963</u>	<u>4.093.679</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(12.942.597)	(12.737.007)
Impostos diferidos ativos	46.179	106.139
Imobilizado	7.235.861	7.561.411
Intangível	129.102	126.896
Impostos diferidos passivos	<u>2.659.775</u>	<u>2.429.324</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>1.876.283</u></u>	<u><u>1.580.442</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>778.850</u>	<u>572.613</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(1.565.794)	(1.535.749)
Margem de construção	1.504.352	1.354.686
Outras receitas	(172.230)	(58.602)
PIS/COFINS Diferido	21.615	22.169
Depreciação e amortização regulatória	(312.568)	(312.240)
Custo de Operação e manutenção	17.305	26.667
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>148.878</u>	<u>138.853</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>420.408</u></u>	<u><u>208.397</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. Receita

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco	112.889	59.804
Aplicações financeiras (i)	421.412	132.350
	<u><u>534.301</u></u>	<u><u>192.154</u></u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,43% do CDI em 2023 e de 102,81% do CDI em 2022. Em 2023, a Companhia teve um aumento expressivo do seu caixa devido a um aumento nas receitas com o reajuste anual da RAP (correção da inflação), aumento da receita financeira em função do CDI que ainda permanece em um patamar elevado e, principalmente, uma redução de 90% do pagamento de dividendos se comparado a 2022.

9. Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	165.571	160.305
Vencidas até 30 dias	564	288
Vencidas até 60 dias	5.213	106
Vencidas até 90 dias	12.406	200
Vencidas até 120 dias	4.664	229
Vencidas até 180 dias	2.482	8.560
Vencidas de 181 a 360 dias	3.265	2.438
Vencidas há mais de 360 dias	10.664	998
	<u>204.829</u>	<u>173.124</u>
Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) (i)/(ii)	<u>(11.042)</u>	<u>(10.783)</u>
	<u>193.787</u>	<u>162.341</u>

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(10.783)	(1.610)
Reversão	-	43
Adição (i)	(259)	(9.216)
Saldo Final	<u>(11.402)</u>	<u>(10.783)</u>

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

10. Títulos e valores mobiliários

Curto Prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação Santander CDB (i)	200.090	-
	<u>200.090</u>	<u>-</u>

Longo Prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – Financiamentos (ii)	191.391	160.423
	<u>191.391</u>	<u>160.423</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 15).

- (i) No dia 28/12/2023 devido as condições de prazo e taxa oferecido, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco Santander com prazo de 120 dias e vencimento em 26/04/2023; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões) a uma taxa de 103% do CDI.
- (ii) Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

11. Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ saldo negativo (i)	56.088	32.930
CSLL saldo negativo (i)	15.219	14.426
IRRF a recuperar	11	11
	<u>71.318</u>	<u>47.367</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	-	2.673
IRRF retido de clientes	755	808
INSS	708	847
Pis a recuperar	73	73
Cofins a recuperar	329	329
Outros	313	305
	<u>2.178</u>	<u>5.035</u>

- (i) Variação refere-se à constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano de 2022 após envio da ECF do mesmo período.
- (ii) Variação refere-se a IRRF sobre aplicação financeira provisionado em 2022 e utilizado no decorrer de 2023.

12. Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	8.508.445	-	-	6.666	8.515.111	6.666	(1.376.187)	7.138.924	7.444.766
Terrenos	6.627	-	-	-	6.627	-	-	6.627	6.627
Edificações, obras civis e benfeitorias	748.045	-	-	2.968	751.013	2.968	(110.413)	640.600	662.701
Máquinas e equipamentos	7.717.643	-	-	2.601	7.720.244	2.601	(1.244.806)	6.475.438	6.755.079
Veículos	34.397	-	-	1.093	35.490	1.093	(20.527)	14.963	18.959
Móveis e utensílios	1.733	-	-	4	1.737	4	(441)	1.296	1.400
Administração	939	-	(26)	77	990	51	(545)	445	543
Edificações, obras civis e benfeitorias	22	-	(22)	-	-	(22)	-	-	22
Máquinas e equipamentos	269	-	-	57	326	57	(131)	195	192
Equipamentos de informática	-	-	-	20	20	20	(1)	19	-
Veículos	637	-	-	-	637	-	(411)	226	319
Móveis e utensílios	11	-	(4)	-	7	(4)	(2)	5	10
	8.509.384	-	(26)	6.743	8.516.101	6.717	(1.376.732)	7.139.369	7.445.309
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	116.643	34.063	(47.104)	(6.666)	96.936	(19.707)	-	96.936	116.643
Máquinas e equipamentos	10.338	6.195	-	(2.601)	13.932	3.594	-	13.932	10.338
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.414	7.778	-	(2.968)	6.224	4.810	-	6.224	1.414
Veículos	12	1.093	-	(1.093)	12	-	-	12	12
Móveis e utensílios	1.617	314	-	(4)	1.927	310	-	1.927	1.617
Projetos - diversos	8.649	3.488	(1.661)	-	10.476	1.827	-	10.476	8.649
Adiantamento a fornecedores	9.978	5.128	(13.682)	-	1.424	(8.554)	-	1.424	9.978
Depósitos judiciais	19.146	6.962	(573)	-	25.535	6.389	-	25.535	19.146
Materiais em depósito	14.401	-	-	-	14.401	-	-	14.401	14.401
Adiantamento fornecedores - Projetos	51.088	3.105	(31.188)	-	23.005	(28.083)	-	23.005	51.088

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Administração	<u>425</u>	<u>53</u>	<u>(79)</u>	<u>(77)</u>	<u>322</u>	<u>(103)</u>	-	<u>322</u>	<u>425</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	57	22	(79)	-	-	(57)	-	-	57
Máquinas e equipamentos	16	20	-	(20)	16	-	-	16	16
Equipamentos de informática	352	11	-	(57)	306	(46)	-	306	352
	<u>117.068</u>	<u>34.116</u>	<u>(47.183)</u>	<u>(6.743)</u>	<u>97.258</u>	<u>(19.810)</u>	-	<u>97.258</u>	<u>117.068</u>
Ativo imobilizado	<u>8.626.452</u>	<u>34.116</u>	<u>(47.209)</u>	<u>-</u>	<u>8.613.359</u>	<u>(13.093)</u>	<u>(1.376.732)</u>	<u>7.236.627</u>	<u>7.562.377</u>

ATIVO NÃO VINCULADO

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-	6	-	-	6	6	-	6	-
Ativo não vinculado	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	8.515.111	(1.376.187)	7.138.924	7.444.766
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	6	-	6	-
Administração	7,51%	990	(545)	445	543
		<u>8.516.107</u>	<u>(1.376.732)</u>	<u>7.139.375</u>	<u>7.445.309</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

12.1 A composição das adições do ativo imobilizado em curso por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Outros	Total
Transmissão			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.778	-	7.778
Máquinas e Equipamentos	6.195	-	6.195
Móveis e Utensílios	314	-	314
Projetos - diversos	3.488	-	3.488
Adiantamento a fornecedores	8.233		8.233
Depósitos Judiciais	-	6.962	6.962
Outros	1.093	-	1.093
Total das adições	27.101	6.962	34.063

Adições do ativo imobilizado em curso	Total
Administração	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	22
Máquinas e Equipamentos	20
Equipamentos de informática	11
	53

12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. VEICULO UTILITARIO MEDIO 4X4 - CHASSI: 8AJDA3CD4R1833157	VEÍCULOS	211
2. PICK-UP 4X4 - CHASSI: 8AJDA3CD5R1833085	VEÍCULOS	211
3. PICK UP 4X4 TURBO DIESEL - HILUX CD DSL POWER PACK - CHASSI: 8AJDA3CDXR1833146	VEÍCULOS	211
4. IMAGEADOR ACUSTICO PRECISAO FI-7000 FLKI	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	212
5. SERVICO DE PINTURA		276
6. VEICULO CAMINHAO MERCEDEZ BENZ ATEGO 172	VEÍCULOS	322
7. SERVICO DE PINTURA	EDIFICAÇÕES	371
8. 1 EQUIPAMENTO SERVICO SF6 GPUB2000 + 1 MANGUEIRA SF6 MANGUEIRAS DN20, CONEXAO VALVULA DE ENGATE GCC20 + 1 MANGUEIRA SF6 MANGUEIRAS DN20, CONEXAO VALVULA ESFERA C/ CGA590	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	696
9. SERVICO DE PINTURA	EDIFICAÇÕES	744
10. SERVICO DE PINTURA	EDIFICAÇÕES	796
Total das adições		4.050

12.3 Principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

13. Intangível

a. Movimentação do intangível:

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	111.608	-	-	237	111.845	237	(91)	111.755	111.575
Servidões	111.282	-	-	-	111.282	-	-	111.282	111.282
Direito, Marcas e Patentes	109	-	-	53	162	53	-	162	109
Softwares	217	-	-	184	401	184	(91)	311	184
Administração	2.712	-	-	7	2.719	7	(2.301)	418	955
Licença de uso de softwares	2.550	-	-	69	2.619	69	(2.243)	376	830
Softwares	162	-	-	(62)	100	(62)	(58)	42	125
	114.320	-	-	244	114.564	244	(2.392)	112.173	112.530
Ativo intangível em curso									
Transmissão	15.319	2.264	-	(237)	17.345	2.027	-	17.345	15.319
Servidão	14.362	1.931	-	-	16.293	1.931	-	16.293	14.362
Direito, Marcas e Patentes	508	100	-	(53)	555	47	-	555	508
Softwares	449	233	-	(184)	497	49	-	497	449
Administração	2	7	-	(7)	2	-	-	2	2
Softwares	2	7	-	(7)	2	-	-	2	2
	15.321	2.271	-	(244)	17.347	2.027	-	17.347	15.321
Ativo Intangível	129.641	2.271	-	-	131.911	2.271	(2.392)	129.520	127.851

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023			31/12/2022
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	111.845	(91)	111.755	111.575
Administração	10,00%	2.719	(2.301)	418	955
		114.564	(2.392)	112.173	112.530

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Software	233
Servidão	1.931
Direito, Marcas e Patentes	100
Total das adições	2.264
Administração	
Software	7
Total das adições	7

13.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Adições do Intangível em Serviço		
	Transmissão - Descrição do Bem	Em R\$ mil
1.	PRESTACAO DE SERVICOS DE INCLUSAO E MONITORAMENTO DE PROCEDIMENTO NORMATIVOS NO GERENCIADOR ELETRONICO DE DOCUMENTOS	52
2.	SERVICO DE INSTALACAO E CONFIGURACAO DA IMPRESSORA RFID	14
3.	LICENCA DE USO SOFTWARE	49
4.	SOFTWARE FLIR ROUTE CREATOR (LICENCA VIT)	6
5.	LICENCA DE USO SOFTWARE	116
	Total das adições	237
	Administração - Descrição do Bem	Em R\$ mil
1.	LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	7
	Total das adições	7

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	71.824	112.633
Fornecedores relacionados à construção (i)	24.804	43.280
Gastos ambientais e fundiários	220	108
Prestadores de serviços	2.422	1.641
Almoxarifado	7.629	1.325
Saldo final	<u><u>106.899</u></u>	<u><u>158.987</u></u>

(i) Variação devido a finalização de contratos relacionados à construção no ano de 2023.

15. Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
BNDES subcrédito A e B (b)	nov-18	nov-42	SGBH	IPCA+5,62%	5.342.400	5.373.633
BNDES subcrédito C (b)	jun-20	out-38	SGBH	IPCA +5,22% IPCA+4,8304	1.370	1.397
BNDES (c)	jul-21	dez-34	SGBH	%	1.230.783	1.197.115
					<u><u>6.574.553</u></u>	<u><u>6.572.145</u></u>
Circulante					334.762	313.342
Não circulante					6.239.791	6.258.803
					<u><u>6.574.553</u></u>	<u><u>6.572.145</u></u>

b. BNDES - Direto

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de

financiamento no valor de R\$ 817.237 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.108 (um milhão, cento e oito mil reais) junto ao BNDES.

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

c. Debentures

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, , com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Garantias

Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.

Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.

Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

e. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Com a reapresentação da Companhia, não houve impacto no índice calculado. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

	31/12/2023	31/12/2022
A) Geração de Caixa	1.390.336	1.310.106
(+) EBITDA	1.453.886	1.356.173
(-) Pagamento de IR + CS	(63.550)	(46.067)
B) Serviço da Dívida	662.109	630.427
(+) Amortização de dívida	303.918	271.722
(+) Pagamento de juros	358.191	358.705
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,1	2,1

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens, com base na demonstração de resultado regulatória, abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	545.882
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	594.744
(+) Depreciações e amortizações	313.259

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato deve ser igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido (A)	1.876.283	1.580.442
Ativo Total (B)	8.646.111	8.396.460
Índice de Capitalização (A/B) (i)	22%	19%

- (i) O atingimento do Índice de Capitalização igual ou acima de 20% é um dos critérios para o pagamento de dividendos acima de 25% do lucro líquido. Não sendo atendido, quaisquer pagamentos acima do limite indicado só poderão ocorrer após avaliação e anuência do credor. O Índice de Capitalização não foi atendido no período de 31 de dezembro de 2022, tendo recuperado seu patamar acima dos 20% para o período de 31 de dezembro de 2023.

f. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2023
BNDES	5.375.031	545.298	(298.244)	(278.314)	-	5.343.771
Debentures	1.197.114	117.133	(59.947)	(25.603)	2.085	1.230.782
Total	6.572.145	662.431	(358.191)	(303.917)	2.085	6.574.553

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	5.318.250	622.855	(300.489)	(265.585)	-	5.375.031
Debentures	1.134.235	125.172	(58.216)	(6.137)	2.060	1.197.114
Total	6.452.485	748.027	(358.705)	(271.722)	2.060	6.572.145

g. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2025	345.742
2026	358.645
2027	365.096
2028	390.902
2029- 2042	<u>4.779.406</u>
	6.239.791

16. Impostos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CS diferidos ativo (prejuízo fiscal)	<u>46.179</u>	<u>106.139</u>
	46.179	106.139

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.139
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(59.960)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.179
Saldo em 31 de dezembro de 2021	144.089
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(37.950)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.139

17. Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	521	369
CDE a pagar (ii)	324	-
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>15.383</u>	<u>12.977</u>
	16.228	13.346

(i) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2023 de R\$ 6.251 (seis milhões, duzentos e cinquenta e um mil reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&D.

(iii) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

18. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	206	771
Fiscal (ii)	388	194
Trabalhista (iii)	1.648	1.842
	<u>2.242</u>	<u>2.807</u>

- (i) A exposição trabalhista provável é resultado do risco de exposição de 18 casos trabalhistas em curso, em sua maioria casos de ex-funcionários de terceiros e prestadores de serviço, o caso mais relevante é o processo 0011204-52.2022.5.03.0134, atualmente com uma exposição de risco de R\$ 1.117 (um milhão, cento e dezessete mil reais), esse processo está em fase recursal com decisão parcialmente negativa em desfavor da companhia.
- (ii) A exposição fundiária decorre do processo 5001728-98.2022.8.13.0028 que envolve a indenização por uma constituição de servidão administrativa, o processo está em vias finais, com a empresa já tendo garantido a execução.
- (iii) A exposição dos casos fiscais é decorrente de 2 procedimentos administrativos no estado do Pará, 812018510000907-7 e 812018510000915-8, que somados possuem o risco de R\$ 18 (dezoito mil reais) em 31/12/2023 e em 31/12/2022 e da execução fiscal 0001221-03.2019.8.27.2725 que possui valor envolvido de R\$ 370 (trezentos e setenta mil reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022; todos os casos estão em fase recursal.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Fundiárias	Total
---------------	---------------------	----------------	-------------------	--------------

Saldo em 31 de dezembro de 2022	771	1.842	194	-	2.807
Adições e reversões, líquidas (i)	(591)	(171)	131	206	(425)
Pagamentos	(180)	(31)	-	-	(211)
Atualizações monetárias	-	8	63	-	71
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.648	388	206	2.242

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	525	1.403	-	1.928
Adições e reversões, líquidas (i)	210	391	170	771
Atualizações monetárias	36	48	24	108
Saldo em 31 de dezembro de 2022	771	1.842	194	2.807

- (i) As adições ocorrem em virtude da mudança de prognóstico do processo 5001728-98.2022.8.13.0028 que passou a ter risco provável no valor de R\$ 206 (duzentos e seis mil reais). As reversões decorrem do encerramento do processo 5001007-83.2021.8.13.0028 e da alteração de prognóstico dos processos: 0003658-16.2020.8.27.2714, 0006028-97.2019.8.19.0006 e 0024422-25.2018.8.13.0534 que deixaram de ser prováveis.
- (ii) Os pagamentos são referentes a realização de acordo no processo cível 0006028-97.2019.8.19.0006 e ao pagamento das condenações trabalhistas nos processos 0010444-02.2021.5.03.0179, que discutia questões relacionadas a reconhecimento de vínculo de PJ, 0000156-88.2021.5.08.0103 e 0000045-70.2022.5.08.0103, que foram movidos contra terceiros com a inclusão da XRTE no polo passivo e com condenação subsidiária.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cível (i)	558	825
Fundiária (ii)	768	10
Trabalhista (iii)	435	1.178
Fiscal (iv)	-	8.577
Ambiental (v)	10.803	419
	12.564	11.009

- (i) **Processos Cíveis** – Tratam-se de sete ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais. A redução do valor de exposição se deve ao encerramento dos processos 0008772-61.2020.8.27.2737 e 0019808-27.2020.8.27.2729 e a mudança de prognóstico para Remoto do processo 0013892-50.2018.8.13.034.
- (ii) **Fundiárias** – A redução se deve a alteração de prognóstico para remoto do processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica.
- (iii) **Processos Trabalhistas** – O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. A redução decorre do encerramento de dez processos trabalhistas.
- (iv) **Processos Fiscais** – Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0000470-05.2022.8.27.2727, no valor de R\$ 2.038 (dois milhões, trinta e oito mil reais) em 31/12/2022 e R\$ 2.315 (dois milhões, trezentos e quinze mil reais) em 31/12/2023, 0001047-85.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 1.693 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022, e 0001160-39.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 581 (quinhentos e oitenta e um mil reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022 do Estado do Tocantins. A maior variação refere-se a um caso administrativo específico (Processo Administrativo nº 17227.720011/2022-71), decorrente de Auto de Infração lavrado objetivando a exigência fiscal de CIDE-Remessas, com valor de exposição de R\$ 3.707 (três milhões, setecentos e sete mil reais). O procedimento encontra-se em fase inicial e a Companhia apresentou defesa, com documentos, impugnando o lançamento e todo o fundamento utilizado pelo Agente Fiscal para fundamentar a lavratura do referido Auto de Infração. O aumento dos valores de exposição decorre de atualização monetária.

- (v) **Processos Ambientais** - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação n.º 1180/2017, bem como teria constado informação equivocadas no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais. O valor total envolvido nestes principais processos atualizado é de R\$ 558 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais) em 31/12/2023 e R\$ 403 (quatrocentos e três mil reais) em 31/12/2022.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.291.001 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais).

	2023 e 2022
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<hr/> 100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações n.º 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 2.161.618 (dois bilhões, cento e sessenta e um milhões, seiscentos e dezoito mil reais) e R\$ 1.619.408 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, quatrocentos e oito mil reais), respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros, conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 2.871.680 (dois bilhões, oitocentos e setenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 2.513.237 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões, duzentos e trinta e sete mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório n.º 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no

ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante R\$ 58.250 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais) em 31 de dezembro de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 131.381 (cento e trinta e um milhões, trezentos e oitenta e um mil reais).

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido societário do exercício - societário	778.850	572.613
Reserva legal (5%)	<u>(38.943)</u>	<u>(28.630)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>739.907</u>	<u>543.983</u>
Dividendo mínimo obrigatório (ii)	<u>7.399</u>	<u>5.440</u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u>(15.508)</u>	<u>(20.678)</u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprova dor	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	27/03/2022	-	650.000	-	-	-
RCA	24/05/2022	-	330.241	-	-	-
RCA	01/12/2022	-	32.312	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	17.576	3.102
RCA	20/07/2023	109.059	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	13.182	-	2.326
Total		109.059	1.012.553	13.182	17.576	5.428

20. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	1.810.817	1.639.458
Ajuste da Receita de rateio de antecipação	(29.526)	(36.959)
Receita de encargos de transmissão	1.629.570	1.502.114
Recuperação de PIS e COFINS	157.753	144.317
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(51.869)	(47.529)
Indisponibilidade de equipamentos	(202)	(2.402)
Outras Receitas de Operação	-	155
Descontos Incidentes na TUST (ii)	105.091	79.762
Deduções da receita operacional	(189.032)	(171.317)
PIS	(29.873)	(27.056)
COFINS	(137.600)	(124.624)
P&D	(16.218)	(14.681)
TFSEE	(5.341)	(4.956)
	1.621.785	1.468.141

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023;
- (ii) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

21. Custo da operação

31/12/2023 31/12/2022

Pessoal (i)	(56.637)	(43.364)
Material	(7.756)	(6.204)
Serviços de terceiros	(20.612)	(23.347)
Depreciação e amortização	(312.568)	(312.240)
Arrendamentos e aluguéis	(1.672)	(1.870)
Seguros	(6.260)	(6.185)
Tributos	(340)	(404)
Gastos diversos	(7.144)	(7.695)
	<u>(412.989)</u>	<u>(401.309)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a inclusão da Companhia no Rateio 699 e aumento na despesa de bônus devido melhores resultados no Programa de KPI (Key Performance Indicators Program) e contratação de novos colaboradores no final de 2022.

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(47.490)	(29.683)
Material	(1.249)	(744)
Serviços de terceiros	(6.196)	(4.401)
Arrendamentos e aluguéis	(2.585)	(2.662)
Provisão/reversão (ii)	(2.058)	(9.350)
Tributos	(197)	(64)
Depreciação e amortização	(691)	(681)
Seguros	(27)	(31)
Taxas bancárias	(394)	(364)
Telecomunicação	(399)	(529)
Despesas com viagens	(755)	(369)
Outras	(2.802)	(2.052)
	<u>(64.843)</u>	<u>(50.930)</u>

- (i) A variação observada decorreu da inclusão das empresas XRTE e STE no cálculo da Resolução 699 em julho de 2022, conforme detalhado na explicação contida na nota 26.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

23. Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(36.143)	(28.812)
Encargos	(12.595)	(8.967)
Previdência privada	(679)	(448)
Outros Benefícios - Corrente	(6.965)	(4.910)
Outros	(255)	(227)
	<u>(56.637)</u>	<u>(43.364)</u>
Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(20.499)	(12.933)

Encargos	(6.883)	(4.436)
Previdência privada	(475)	(189)
Benefícios	(3.823)	(2.547)
Outros	(1.454)	(3.073)
Administradores	(14.356)	(6.505)
	<u>(47.490)</u>	<u>(29.683)</u>
	<u>(104.127)</u>	<u>(73.047)</u>

24. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	72.041	44.899
Receitas de aplicações financeiras (i)	67.570	46.744
Outras receitas financeiras	7.988	345
Tributos sobre receitas financeiras	(3.517)	(2.190)
Despesa financeira	(666.785)	(754.164)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(357.445)	(360.869)
Atualizações TJLP (ii)	(249.482)	(322.196)
Variações monetárias	(57.589)	(67.048)
Multas e acréscimos moratórios	(334)	(194)
IOF, comissões e taxas	(39)	(37)
Outras despesas financeiras	(1.896)	(3.820)
	<u>(594.744)</u>	<u>(709.265)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023 devido a disponibilidade de caixa, para maiores detalhes vide nota explicativa 8.
- (ii) Valor se refere à atualização do empréstimo do BNDES. A Redução do saldo se deu devido à redução do IPCA sobre o qual a TJLP é atrelada.

25. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

Efetuamos o cálculo do imposto de renda e contribuição social é elaborado conforme demonstração de resultado societária.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.053.202	837.059
Adições/Exclusões não dedutíveis	15.367	32.714

Ajustes ICPC 01	(464.921)	(446.255)
Doações e subvenções para investimento	-	(29.469)
Juros s/ Capital Próprio	(15.508)	(20.678)
Outros	(2.328)	(1.779)
Lucro Real	585.812	371.592
Compensação PF/BN (30%)	(178.553)	(111.478)
Lucro Real (Após Compensação)	407.260	260.114
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(101.790)	(65.005)
Inc. Fiscais	73.329	884
IRPJ devido (25%)	(28.461)	(64.121)
CSLL (9%)	(37.053)	(23.522)
IR e CS correntes	(65.514)	(87.643)
IR e CS diferidos	(59.960)	(37.951)
	(125.474)	(125.594)
Aliquota efetiva	6,2%	10,5%

26. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>425</u>	<u>722</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	412	720
Outros	13	-
Intercompany ETEE - despesas de ISS	-	2

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>19.478</u>	<u>29.242</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	18.717	18.480
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	761	10.719
Serviços de engenharia XPTT Brasil	-	43

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>68.536</u>	<u>30.531</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	70.916	34.412
Aluguel (iv)	(2.380)	(2.817)

Serviços de engenharia SGSE (iii) - (1.064)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas a variação do período é referente a maior apropriação decorrente a um maior período de aplicação da norma.
- (ii) A movimentação é decorrente da baixa da retenção contratual referente a prestação de serviços de engenharia prestados pela CET Brazil.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	6.270	2.547
Benefícios diretos e indiretos	1.058	414
Encargos	3.076	1.145
Provisões (13 salário, férias e bônus)	3.952	2.399
Valor total da remuneração (i)	14.356	6.505

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus. Variação refere-se substancialmente a variações na remuneração de expatriados.
- (i) Variação refere-se a inclusão das controladas XRTE e STE no rateio 699 no exercício de 2022 em julho o efeito do rateio em 2023 é superior ao de 2022, para mais detalhes vide nota (i) do item 26.3.

27. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 27.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	534.301	192.154
Títulos e valores mobiliários	10	391.481	160.423
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	425	723
Concessionárias e permissionárias	9	193.787	162.341
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	14	106.899	158.987
Fornecedores partes relacionadas	26	19.478	29.242
Empréstimos e financiamentos	15	6.574.553	6.572.145

27.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 1.230.783
Cálculo valor justo: R\$ 1.139.930

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

27.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	534.301	192.154
Títulos de Valores Mobiliários	391.481	160.423
Contas a receber partes relacionadas	425	723
Concessionária e Permissionárias	193.787	162.241
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	6.574.553	6.572.145

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000	30.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.372.083	5.414.633
Veículos	Carros	10.136	10.455
Equipamentos	Equipamentos	12.445	11.066
		5.424.664	5.466.154

30. Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 refere-se ao montante total de R\$ 1.422 (um milhão, quatrocentos e vinte e dois mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e subsedes de manutenção e operação	28/08/2021	729
XRTE-ENG-2018-0547	ACX ENGENHARIA LTDA		31/10/2018	100
XRTE-ADM-2019-0985	DORACI MARIA FAIZ KUSTER LACUS SERVICE LOCAÇÃO	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	19
XRTE-AD-2021-3908	EIRELI	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	163
XRTE-AD-2021-4164	J. S. SOARES TRANSPORTES LTDA BIRD SOLUTIONS E TECNOLOGIA	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221
XRTE-UHV-2021-4172	EIRELI	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35
XRTE-UHV-2021-4473	WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	155
				1.422

Cronograma de vencimento	Em R\$ mil
2024	1.422
	1.422

* * *

Sun Tao
Procurador

Yesheng Wang
Vice Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2